

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 47.508.411/0001-56

NIRE 35.300.089.901

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. **Data, Horário e Local:** Aos 31 dias do mês de dezembro de 2020, às 10:00 horas, realizada exclusivamente de forma digital e remota por videoconferência, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

2. **Convocação e Presença:** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 15, 16 e 17 de dezembro de 2020, páginas 18, 14 e 16, respectivamente, e no jornal Folha de S. Paulo nas edições dos dias 15, 16 e 17 de dezembro de 2020, respectivamente nas páginas A18, A20 e A21, que ficarão arquivados na sede da Companhia.

3. **Presença:** Instalada a Assembleia com a presença de acionistas representando 172.689.201 (cento e setenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e duzentos e uma) ações ordinárias, representando, aproximadamente, 64,41% (sessenta e quatro inteiros e quarenta e um centésimos) do total das ações votante da Companhia, conforme Livro de Presença de Acionistas, bem como o Sr. Christophe José Hidalgo, Diretor Presidente Interino, Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores.

4. **Mesa:** Presidente: Christophe José Hidalgo; Secretário: Marcelo Acerbi de Almeida.

5. **Ordem do Dia:** Deliberar acerca das seguintes matérias:

5.1. Cisão Parcial de Sendas com Incorporação da Parcela Cindida Sendas pela Companhia: Em relação à cisão parcial de Sendas Distribuidora S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.057.223/0001-71 ("Sendas"), com versão da parcela cindida para a Companhia ("Cisão Sendas"), composta por (a) participação acionária equivalente a, aproximadamente, 90,93% (noventa inteiros e noventa e três centésimos) da totalidade das ações de Almacenes Êxito S.A., sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Colômbia, com sede em Envigado, Departamento de Antioquia, Colômbia, inscrita no CNPJ/ME sob nº 23.041.875/0001-37 ("Êxito") detidas por Sendas,

correspondente a 393.010.656 (trezentos e noventa e três milhões, dez mil, seiscentos e cinquenta e seis) ações e equivalente a, aproximadamente, 87,80% (oitenta e sete inteiros e oitenta centésimos) da totalidade das ações de emissão de Éxito (“Participação Éxito”) e **(b)** ativos referentes a 6 (seis) postos de gasolina detidos por Sendas (“Ativos Operacionais” sendo os Ativos Operacionais em conjunto com a Participação Éxito doravante designados em conjunto “Parcela Cindida Sendas”): **(i)** a ratificação da nomeação e contratação da empresa avaliadora para a avaliação da Parcela Cindida Sendas, qual seja, Magalhães Andrade S/S Auditores Independentes, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, sob o nº 2SP000233/O-3 e no CNPJ/ME sob o nº 62.657.242/0001-00, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.893, 6º andar, Jardim Paulistano, CEP 01451-001 (“Empresa Avaliadora”); **(ii)** a aprovação do laudo de avaliação da Parcela Cindida Sendas elaborado pela Empresa Avaliadora (“Laudo de Avaliação Sendas”), constante do Anexo 5.1.(ii); **(iii)** a ratificação da celebração do “Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Sendas com Incorporação da Parcela Cindida pela Companhia” (“Protocolo Sendas”), constante do Anexo 5.1.(iii); **(iv)** a Cisão Sendas, com incorporação da Parcela Cindida Sendas pela Companhia, bem como demais procedimentos descritos no Protocolo Sendas, nos termos do Protocolo Sendas; e **(v)** a autorização dos membros da administração da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos necessários, úteis e/ou convenientes à implementação da Cisão Sendas, bem como demais procedimentos descritos no Protocolo Sendas, nos termos do Protocolo Sendas;

5.2. Cisão Parcial da Companhia: Em relação à cisão parcial da Companhia, com a versão da parcela cindida para a própria Sendas (“Cisão CBD”), composta pela totalidade das ações representativas do capital social de Sendas detidas pela Companhia, correspondente a 100% (cem por cento) das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão de Sendas (“Parcela Cindida CBD”): **(i)** a ratificação da nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, responsável pela avaliação da Parcela Cindida CBD; **(ii)** a aprovação do laudo de avaliação da Parcela Cindida CBD, conforme preparado pela Empresa Avaliadora (“Laudo de Avaliação CBD”), constante do Anexo 5.2.(ii); **(iii)** a ratificação da celebração do “Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Companhia com Incorporação da Parcela Cindida pela Sendas” (“Protocolo CBD”), constante do Anexo 5.2.(iii); **(iv)** a Cisão CBD e demais procedimentos descritos no Protocolo CBD; e **(v)** a autorização dos membros da administração Companhia a praticarem todos e quaisquer atos necessários, úteis e/ou convenientes à implementação da Cisão CBD;

5.3. Aprovar a alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia em decorrência da redução de capital resultante da Cisão CBD, nos termos e condições

indicados no Protocolo CBD, se aprovada, bem como para refletir o aumento de capital aprovado na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de outubro de 2020 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em sessão de 01/12/2020, sob o nº 516.276/20-7; e

5.4. Aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia de modo a incorporar as alterações acima.

6. Deliberações: Ficando as orientações e declarações de voto arquivadas na sede da Companhia e rubricadas pela Mesa, devidamente registradas, a unanimidade dos Acionistas dispensaram a leitura do Edital de Convocação e aprovaram a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que sua publicação seja feita com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A”).

6.1. No tocante à Cisão Sendas: **(i)** por maioria de votos, tendo sido computados 172.286.439 a favor, 402.449 abstenções e 313 votos contrários, ratificar a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, responsável pela avaliação da Parcela Cindida Sendas; **(ii)** por maioria de votos, tendo sido computados 169.884.374 a favor, 2.804.114 abstenções e 713 votos contrários, aprovar o Laudo de Avaliação Sendas, referente à Parcela Cindida Sendas composta pela Participação Êxito e pelos Ativos Operacionais, nos termos do Anexo 5.1.(ii); **(iii)** por maioria de votos, tendo sido computados 172.668.795 a favor, 19.543 abstenções e 863 votos contrários, ratificar a celebração do Protocolo Sendas, nos termos do Anexo 5.1.(iii); **(iv)** por maioria de votos, tendo sido computados 172.668.549 a favor, 19.523 abstenções e 1.129 votos contrários, aprovar nos termos do Protocolo Sendas, a Cisão Sendas com a incorporação da Parcela Cindida Sendas pela Companhia, bem como demais procedimentos descritos no Protocolo Sendas. Considerando que a Sendas é uma subsidiária integral da Companhia e que o seu patrimônio está sendo parcialmente cindido, com a incorporação da Parcela Cindida Sendas pela Companhia, a Cisão Sendas não ensejará aumento de capital ou emissão de novas ações pela Companhia, permanecendo o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 6.865.829.549,07 (seis bilhões, oitocentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais e sete centavos), dividido em 268.351.567 (duzentos e sessenta e oito milhões, trezentas e cinquenta e uma mil, quinhentas e sessenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal; e **(v)** por maioria de votos, tendo sido computados 172.667.464 a favor, 20.527 abstenções e 1.210 votos contrários, autorizar os membros da administração da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos necessários, úteis

e/ou convenientes à implementação da Cisão Sendas, bem como demais procedimentos descritos no Protocolo Sendas, nos termos do Protocolo Sendas;

6.2. No tocante à Cisão CBD: **(i)** por mais da metade das ações com direito a voto, tendo sido computados 172.285.897 a favor, 402.567 abstenções e 737 votos contrários, ratificar a nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, responsável pela avaliação da Parcela Cindida CBD; **(ii)** por mais da metade das ações com direito a voto, tendo sido computados 169.884.431 a favor, 2.804.061 abstenções e 709 votos contrários, aprovar o Laudo de Avaliação CBD, composto exclusivamente pela participação acionária detida pela Companhia na Sendas, após a Cisão Sendas, nos termos do Anexo 5.2.(ii); **(iii)** por mais da metade das ações com direito a voto, tendo sido computados 172.668.970 a favor, 19.495 abstenções e 736 votos contrários, ratificar a celebração do Protocolo CBD, nos termos do Anexo 5.2.(iii); **(iv)** por mais da metade das ações com direito a voto, tendo sido computados 172.668.970 a favor, 19.495 abstenções e 736 votos contrários, aprovar nos termos do Protocolo CBD, a Cisão CBD com a incorporação da Parcela Cindida CBD pela Sendas, bem como demais procedimentos descritos no Protocolo CBD; e **(v)** por mais da metade das ações com direito a voto, tendo sido computados 172.668.428 a favor, 19.647 abstenções e 1.126 votos contrários, autorizar os membros da administração da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos necessários, úteis e/ou convenientes à implementação da Cisão CBD;

Nos termos do Protocolo CBD, as 268.351.567 (duzentos e sessenta e oito milhões, trezentas e cinquenta e uma mil, quinhentas e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Sendas, detidas pela Companhia, serão entregues aos acionistas da Companhia, na proporção de suas respectivas participações no capital social. A referida distribuição ocorrerá após a obtenção, pela Sendas, da listagem das ações de sua emissão no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), e da listagem de ADSs representando ações da Companhia na New York Stock Exchange (“NYSE”), em data a ser posteriormente informada em Aviso aos Acionistas da Companhia e de Sendas.

Como consequência da Cisão CBD, o capital social subscrito e integralizado da Companhia será reduzido em R\$ 1.215.962.963,38 (um bilhão, duzentos e quinze milhões, novecentos e sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e três reais e trinta e oito centavos), passando de R\$ 6.865.829.549,07 (seis bilhões, oitocentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais e sete centavos) para R\$ 5.649.866.585,69 (cinco bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove

centavos), mantendo-se o mesmo número de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de sua emissão, permanecendo o novo capital social dividido em 268.351.567 (duzentos e sessenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

6.3. Em virtude da redução de capital da Companhia resultante da Cisão CBD, bem como para refletir o aumento de capital aprovado na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de outubro de 2020, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 172.668.265 a favor, 20.104 abstenções e 832 votos contrários, aprovar, a alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 4º – O capital social da Sociedade é de R\$ 5.649.866.585,69 (cinco bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 268.351.567 (duzentos e sessenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

6.4. Em decorrência da deliberação acima, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 172.668.871 a favor, 19.493 abstenções e 837 votos contrários, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia de modo a incorporar as alterações acima, que passará a vigorar nos termos do Anexo 6.4.

7. Encerramento e Lavratura: Nada mais havendo a ser tratado, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, achada conforme e assinada eletronicamente por todos os presentes.

8. Documentos Arquivados: Ficam arquivados na sede da Companhia as publicações do Edital de Convocação, a Proposta da Administração, o Laudo de Avaliação Sendas; o Protocolo Sendas, o Laudo de Avaliação CBD; o Protocolo CBD, o Mapa final de votação detalhado, bem como as orientações de votos e protestos recebidos e autenticados pela mesa.

9. Assinaturas: Mesa: Presidente: Christophe José Hidalgo; Secretário: Marcelo Acerbi de Almeida; Acionistas Presentes: (i) *pela procuradora Mayara Zolko:* WILKES PARTICIPAÇÕES S.A. SEGISOR KING LLC HELICCO PARTICIPACOES LTDA. DANIELA SABBAG PAPA JORGE FAIÇAL FILHO FREDERICO AUGUSTO

ALONSO RONALDO IABRUDI DOS SANTOS PEREIRA LUIZ HENRIQUE RODRIGUES COSTA ANTONIO SERGIO SALVADOR DOS SANTOS BELMIRO DE FIGUEIREDO GOMES RODRIGO ADURA ROBERTA BECHELLI SAMIR DE ARAÚJO JARROUJ ISABELA MARIA CADENASSI BATISTA SPX RAPTOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO SPX PATRIOT MASTER FIA SPX NIMITZ MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO SPX LANCER PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO SPX FALCON MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES SPX APACHE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES CANADIAN EAGLE PORTFOLIO LLC OCEANA INDIAN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES OCEANA B PREVIDÊNCIA FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES MÁSTER OCEANA LONG BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO OCEANA 03 MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO OCEANA LITORAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES OCEANA LONG BIASED PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO OCEANA LONG BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES OCEANA VALOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES OCEANA SELECTION MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES OCEANA QP8 FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES OCEANA VALOR II MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES RVA EMB III OCEANA LONG BIASED B PREVIDENCIA FIFE FIM ÖLBERG FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR HSSP FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR VOKIN K2 LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES VOKIN PÃO DE AÇÚCAR FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR FDI 2 FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES RBC – FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR S4 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR VOKIN EVOLUTION FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR VOKIN ARARAT FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO MOSQUETEIROS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES FIA VOKIN ACONCAGUA MASTER LONG ONLY ITAÚ NAVI LONG SHORT PREVIDÊNCIA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO NAVI LONG BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO NAVI LONG SHORT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO NAVI LONG SHORT PREVIDÊNCIA FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO NAVI LONG SHORT

XP SEGUROS PREVIDÊNCIA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO NAVI B PREVIDÊNCIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES MÁSTER NAVI B PREVIDÊNCIA FIFE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES NAVI COMPASS MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES NAVI CRUISE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES NAVI FENDER MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES NAVI INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES DUO HIX CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES HIX AUSTRAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES HIX CAPITAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES HIX PREV 100 MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO HIX CAPITAL INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES HIX CAPITAL EQUITIES LLC VELT MASTER PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES VELT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES VELT BV FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - INVESTIMENTO NO EXTERIOR VELT ALÍSIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES VELT MASTER INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES VELT PARTNERS FUND LLC FOURTH SAIL LONG SHORT LLC FOURTH SAIL DISCOVERY LLC "TAVOLA ABSOLUTO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO" TAVOLA ABSOLUTO MASTER FIA TAVOLA LONG SHORT FIM HELIUS LUX LONG BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; (ii) *pela procuradora Livia Beatriz Silva do Prado*: STICHTING JURIDISCH EIGENAAR ACTIAM BELEGGINGSFONDSEN BEST INVESTMENT CORPORATION AGFIQ EMERGING MARKETS EQUITY ETF ARROWSTREET (CANADA) ACWI MINIMUM VOLATILITY ALPHA EXTENSION FUND I ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL WORLD ALPHA EXTENSION FUND I ARROWSTREET ACWI ALPHA EXTENSION FUND III (CAYMAN) LIMITED ARROWSTREET ACWI ALPHA EXTENSION FUND V (CAYMAN) LIMITED ARROWSTREET CAPITAL GLOBAL EQUITY ALPHA EXTENSION FUND LIMITED ARROWSTREET CAPITAL GLOBAL EQUITY LONG/SHORT FUND LIMITED ARROWSTREET US GROUP TRUST ASCENSION ALPHA FUND, LLC BLACKWELL PARTNERS LLC SERIES A BOSTON PARTNERS EMERGING MARKETS FUND BOSTON PARTNERS EMERGING MARKETS LONG/SHORT FUND BRITISH COLUMBIA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION BRUNEI INVESTMENT AGENCY CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD CAUSEWAY EMERGING MARKETS FUND CAUSEWAY INTERNATIONAL OPPORTUNITIES FUND CHANG HWA COMMERCIAL BANK, LTD., IN ITS CAPACITY AS MASTER CUSTODIAN OF NOMURA BRAZIL FUND CITY OF

NEW YORK GROUP TRUST COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND
COMMONWEALTH SUPERANNUATION CORPORATION CONSULTING
GROUP CAPITAL MARKETS FUNDS - EMERGING MARKETS EQUITY FUND
DESJARDINS EMERGING MARKETS MULTIFACTOR - CONTROLLED
VOLATILITY ETF EATON VANCE MANAGEMENT FIDELITY RUTLAND
SQUARE TRUST II: STRATEGIC ADVISERS EMERGING MARKETS FUND
FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY FLEX INTERNATIONAL INDEX
FUND FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY INTERNATIONAL
SUSTAINABILITY INDEX FUND FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY
SERIES GLOBAL EX U.S. INDEX FUND FIRST TRUST LATIN AMERICA
ALPHADEX FUND FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE
BRAZIL ETF FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN
AMERICA ETF FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS GAM MULTISTOCK
GOVERNMENT EMPLOYEES SUPERANNUATION BOARD IBM 401(K) PLUS
PLAN INVESCO PUREBETASM FTSE EMERGING MARKETS ETF
INVESTERINGSFORENINGEN DANSKE INVEST INDEX GLOBAL AC
RESTRICTED – ACCUMULATING KL ITAÚ FUNDS - LATIN AMERICA
EQUITY FUND JANA EMERGING MARKETS SHARE TRUST JAPAN TRUSTEE
SERVICES BANK, LTD. RE: RTB NIKKO BRAZIL EQUITY ACTIVE MOTHER
FUND JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB DAIWA EMERGING
EQUITY FUNDAMENTAL INDEX MOTHER FUND JNL MULTI-MANAGER
ALTERNATIVE FUND JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL
STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND JOHN HANCOCK FUNDS II
STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND JOHN HANCOCK VARIABLE
INSURANCE TRUST INTERNATIONAL EQUITY INDEX TRUST KAISER
FOUNDATION HOSPITALS KAISER PERMANENTE GROUP TRUST LACM
GLOBAL EQUITY FUND L.P. LEGAL & GENERAL FUTURE WORLD CLIMATE
CHANGE EQUITY FACTORS INDEX FUND LEGAL & GENERAL GLOBAL
EQUITY INDEX FUND LOS ANGELES COUNTY EMPLOYEES RETIREMENT
ASSOCIATION MANAGED PENSION FUNDS LIMITED MERCER QIF FUND PLC
NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SECURITY FUND NATWEST TRUSTEE
AND DEPOSITARY SERVICES LIMITED AS TRUSTEE OF ST. JAMES'S PLACE
STRATEGIC MANAGED UNIT TRUST NEW YORK STATE TEACHERS
RETIREMENT SYSTEM NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND NORGES
BANK NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC NORTHERN TRUST
UCITS FGR FUND NTGI - QM COMMON DAILY ALL COUNTRY WORLD EX-US
INVESTABLE MARKET INDEX FUND - LENDING NUVEEN EMERGING
MARKETS EQUITY FUND OHIO POLICE AND FIRE PENSION FUND

PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND SCHLUMBERGER INTERNATIONAL STAFF RETIREMENT FUND, FCP-SIF SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX ETF SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX FUND SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SPARTAN EMERGING MARKETS INDEX POOL SPDR MSCI EMERGING MARKETS FOSSIL FUEL FREE ETF SPDR MSCI EMERGING MARKETS STRATEGICFACTORS ETF SPDR S&P EMERGING MARKETS FUND SSGA MSCI ACWI EX-USA INDEX NON-LENDING DAILY TRUST SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC STANLIB FUNDS LIMITED STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFITS PLANS STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D STATE STREET EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUXEMBOURG SICAV STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUXEMBOURG SICAV - STATE STREET EMERGING MARKETS SRI ENHANCED EQUITY FUND STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUXEMBOURG SICAV - STATE STREET ENHANCED EMERGING MARKETS EQUITY FUND STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUXEMBOURG SICAV - STATE STREET GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX EQUITY FUND STATE STREET GLOBAL ADVISORS TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-U.S. INDEX PORTFOLIO STATE STREET IRELAND UNIT TRUST STATE STREET MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMMON TRUST FUND STATE STREET MSCI BRAZIL INDEX NON-LENDING COMMON TRUST FUND STICHTING PENSIOENFONDS ING SUNSUPER SUPERANNUATION FUND TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF NIKKO BRAZIL EQUITY MOTHER FUND THE NOMURA TRUST AND BANKING CO., LTD. RE: INTERNATIONAL EMERGING STOCK INDEX MSCI EMERGING NO HEDGE MOTHER FUND THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND- AP 7 EQUITY FUND THRIVENT CORE EMERGING MARKETS EQUITY FUND THRIVENT INTERNATIONAL ALLOCATION FUND THRIVENT INTERNATIONAL ALLOCATION PORTFOLIO TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY FUND TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD. RE: EMERGING EQUITY PASSIVE MOTHER FUND UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC

VANGUARD INVESTMENTS FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX FUND VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS VERDIPAPIRFONDET KLP AKSJE FREMVOKSENDE MARKEDER FLERFAKTOR VERDIPAPIRFONDET KLP AKSJE FREMVOKSENDE MARKEDER INDEKS I VICTORYSHARES EMERGING MARKET VOLATILITY WTD ETF WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD WELLS FARGO FACTOR ENHANCED EMERGING MARKETS PORTFOLIO WEST VIRGINIA INVESTMENT MANAGEMENT BOARD WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX-STATE-OWNED ENTERPRISES FUND WM POOL - EQUITIES TRUST NO. 75 BRITISH COAL STAFF SUPERANNUATION SCHEME BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR RETIREMENT FUND BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR INSURANCE FUND BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR PENSION FUND COMMINGLED PENSION TRUST FUND EMERGING MARKETS RESEARCH ENHANCED EQUITY OF JPMORGAN CHASE BANK NA JNL/MELLON EMERGING MARKETS INDEX FUND JP MORGAN DIVERSIFIED FUND JPMORGAN EMERGING MARKETS RESEARCH ENHANCED EQUITY FUND JPMORGAN FUNDS MINeworkers' PENSION SCHEME NATIONAL PENSION INSURANCE FUND NEW SOUTH WALES TREASURY CORPORATION AS TRUSTEE FOR THE TCORPIM EMERGING MARKET SHARE FUND PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO SAS TRUSTEE CORPORATION POOLED FUND SBC MASTER PENSION TRUST SCRI - ROBECO QI CUSTOMIZED EMERGING MARKETS ENHANCED INDEX EQUITIES FUND SKAGEN KON-TIKI VERDIPAPIRFOND STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045828 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045829 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MTBJ400045835 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045792 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045794 THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB400045795 VANGUARD EMERGING MARKETS SHARES INDEX FUND VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS AMUNDI FUNDS AMUNDI INDEX SOLUTIONS GLOBAL MULTI-FACTOR EQUITY FUND MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED DEFESINVE FUND WITH CVM: 22918.000043.336912.1-6 MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED FUND WITH CVM: 22918.000043.336920.1-7 MORGAN STANLEY

INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED INCOME FUND WITH CVM:
22918.000043.295779.1-5 J.P MORGAN CHASE BANK NA; **(iii)** *pela procuradora
Karen Sanchez Guimarães*; GWI ASSET MANAGEMENT S.A.; **(iv)** *pela procuradora
Debora de Souza Morsch*; CONTINENTAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM
AÇÕES HAYP FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; **(v)** CHRISTOPHE JOSÉ
HIDALGO; e **(vi)** SERGIO FEIJÃO FILHO

São Paulo, 31 de dezembro de 2020

Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.

Christophe José Hidalgo

Presidente

Assinado eletronicamente

Marcelo Acerbi de Almeida

Secretário

Assinado eletronicamente

PROTESTO

Acionista CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC

Na qualidade de Representante legal do Acionista CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC, vem lavrar o presente protesto tendo em vista a não aceitação por parte da Companhia da procuração apresentada para a AGE ocorrida nesta data, em virtude de suposta alegação de procuração inapta a participação, o que não confere com o documento anteriormente apresentado uma vez que o notário fez o reconhecimento do signatário da procuração e a mesma cumpriu todos os tramites legais de regularização, conforme exposto abaixo a Companhia.

“Esclarecemos que alguns dos fundos representados por nós são investidores não residentes, constituídos no exterior e conforme já informado, seus poderes são verificados no ato da notarização, peço que note que apesar da não assinatura de um dos signatários, tal procuração é devidamente certificada pela notaria responsável (Página 7), reconhecendo a validade do instrumento, mesmo com o erro material ora apontado.”

Nestes termos pedimos que o referido protesto seja autenticado e recebido pela mesa da presente Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Brasileira de Distribuição.

São Paulo, 31/12/2020.

Anexo 5.1.(ii)
Laudo de Avaliação Sondas

Para acessar esse documento: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/74bc990e-f42f-4c13-913f-0bd392230072/10d9ab9a-1c19-d04a-2301-45bba3505490?origin=1>

Anexo 5.1.(iii)
Protocolo Sendas

Para acessar esse documento: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/74bc990e-f42f-4c13-913f-0bd392230072/11677a77-63a4-13f5-434e-40b444d22703?origin=1>

Anexo 5.2.(ii)
Laudo de Avaliação CBD

Para acessar esse documento: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/74bc990e-f42f-4c13-913f-0bd392230072/a1a8a2bd-9de8-c0a5-c287-b876d82cf8fa?origin=1>

Anexo 5.2.(iii)
Protocolo CBD

Para acessar esse documento: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/74bc990e-f42f-4c13-913f-0bd392230072/a4ea9990-5df4-9984-841a-630f1ecc81f0?origin=1>

Anexo 6.4.
Estatuto Social Consolidado

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 47.508.411/0001-56

NIRE 35.300.089.901

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

ARTIGO 1º – COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (“Companhia”) é uma sociedade por ações, com sede e foro à Av. Brigadeiro Luis Antônio n. 3142, na Cidade de São Paulo, República Federativa do Brasil, que doravante se regerá por este Estatuto Social, pela Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei n.º 6.404/76”), conforme alterações e demais dispositivos legais em vigor.

Parágrafo Único – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

ARTIGO 2º – O objeto social da Companhia é a comercialização de produtos manufaturados, semimanufaturados ou “in natura”, nacionais ou estrangeiros, de todo e qualquer gênero e espécie, natureza ou qualidade.

Parágrafo 1º – A Companhia poderá também praticar as seguintes atividades:

- (a) a industrialização, processamento, manipulação, transformação, exportação, importação e representação de produtos, alimentícios ou não alimentícios, por conta própria ou de terceiros;
- (b) o comércio internacional, inclusive de café;
- (c) a importação, distribuição e comercialização de produtos cosméticos de higiene e toucador, perfumaria, saneantes e domissanitários e suplementos

alimentares;

- (d) o comércio em geral de drogas e medicamentos, especialidades farmacêuticas e homeopáticas; produtos químicos, acessórios, artigos odontológicos, instrumentos e aparelhos cirúrgicos; a fabricação de produtos químicos e especialidades farmacêuticas, podendo ser especializadas como, Drogeria ou Farmácia Alopática, Drogeria ou Farmácia Homeopática ou Farmácia de Manipulação de cada especialidade;
- (e) o comércio de produtos e derivados de petróleo, abastecimento de combustíveis de quaisquer espécies, podendo também prestar serviços de assistência técnica, oficinas de serviços, consertos, lavagem, lubrificação, venda de acessórios e outros serviços afins, de quaisquer veículos em geral;
- (f) o comércio de produtos, drogas e medicamentos veterinários em geral; consultório, clínica e hospital veterinário e “pet shop” com serviços de banho e tosa;
- (g) a locação de qualquer mídia gravada;
- (h) prestação de serviços de estúdios fotográficos, cinematográficos e similares;
- (i) a prática e a administração de operações imobiliárias, comprando, promovendo loteamentos e incorporação, locando e vendendo bens imóveis próprios e de terceiros;
- (j) agir como distribuidora, agente e representante de comerciantes e industriais estabelecidos dentro do país ou fora dele e nesta qualidade, por conta dos comitentes ou por conta própria adquirir, reter, possuir e fazer quaisquer operações e transações do interesse próprio ou dos comitentes;
- (k) a prestação de serviços de processamento de dados;
- (l) a exploração de edificações e construção em todas as suas modalidades,

por conta própria ou de terceiros, a compra e venda de materiais para construção e a instalação e manutenção de sistemas de ar condicionado, de monta-cargas e elevadores de carga;

- (m) aplicação de produtos saneantes domissanitários;
- (n) o transporte rodoviário municipal, estadual e interestadual de cargas em geral para seus próprios produtos e de terceiros, podendo inclusive armazená-los, depositá-los e fazer sua carga, descarga, arrumação e guarda de bens próprios de terceiros de qualquer espécie, bem como subcontratar os serviços previstos nesta alínea;
- (o) a exploração de serviços de comunicação, publicidade em geral e propaganda, inclusive de bares, lanchonetes e restaurantes, podendo estender-se a outros ramos que lhe sejam compatíveis ou conexos, respeitadas as restrições legais;
- (p) a compra, venda e distribuição de livros, revistas, jornais, periódicos e assemelhados;
- (q) a realização de estudos, análises, planejamento e pesquisas de mercado;
- (r) a realização de testes para lançamento de novos produtos, embalagens e marcas;
- (s) a elaboração de estratégias e análises do comportamento setorial de vendas, de promoções especiais e de publicidade;
- (t) a prestação de serviços de administração de cartões vale alimentação, refeição, farmácia, combustível, transporte e outros cartões que decorram das atividades relacionadas ao seu objeto social;
- (u) o arrendamento e subarrendamento de bens móveis próprios ou de terceiros;
- (v) a prestação de serviços na área de gerenciamento;

- (w) representação de outras sociedades nacionais ou estrangeiras e a participação como sócia ou acionista, no capital social de outras sociedades, qualquer que seja a forma ou objeto destas, e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza;
- (x) agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos e ingressos;
- (y) serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos, contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral;
- (z) prestação de serviços de estacionamento, estadia e guarda de veículos;
- (aa) a importação de bebidas, vinhos e vinagres;
- (bb) comércio de sementes e mudas;
- (cc) comércio de produtos de telecomunicações; e
- (dd) A importação, distribuição e comercialização de brinquedos, painéis metálicas, escadas domésticas, carrinhos de bebê, artigos de festas, artigos escolares, pneus, eletrodomésticos, bicicletas, cadeiras plásticas monobloco e lâmpadas.

Parágrafo 2º – A Companhia poderá prestar fianças ou avais em negócios de seu interesse, vedados os de mero favor.

ARTIGO 3º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

ARTIGO 4º – O capital social da Sociedade é de R\$ 5.649.866.585,69 (cinco bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta

e cinco reais e sessenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 268.351.567 (duzentos e sessenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentas e sessenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º – As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo 2º – As ações terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, na Instituição Financeira autorizada que a Companhia designar, sem emissão de certificados.

Parágrafo 3º – O custo dos serviços de transferência de propriedade das ações escriturais que for cobrado pela instituição financeira depositária poderá ser repassado ao acionista, conforme autoriza o Artigo 35, parágrafo 3º da Lei n.º 6.404/76, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo 4º - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

ARTIGO 5º – A Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações ordinárias.

Parágrafo 1º – O limite do capital autorizado da Companhia somente poderá ser modificado por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º – A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços.

ARTIGO 6º - As emissões de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações até o limite do capital autorizado, poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, com exclusão ou redução do prazo para exercício do direito de preferência, conforme previsto no Artigo 172 da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo Único – Ressalvado o disposto no "caput" deste Artigo, os acionistas terão

preferência, na proporção das respectivas participações, para subscrição dos aumentos de capital da Companhia, regendo-se o exercício deste direito pela legislação que lhe for aplicável.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral é a reunião dos acionistas, que a ela poderão comparecer por si ou por representantes constituídos na forma da Lei, a fim de deliberarem sobre as matérias de interesse da Companhia.

ARTIGO 8º – A Assembleia Geral será convocada, instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência, por qualquer dos Co-Vice-Presidentes do Conselho de Administração ou, na ausência destes, por um Diretor indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, e terá as seguintes atribuições:

- i. reformar o Estatuto Social;
- ii. eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- iii. eleger ou destituir o Presidente e os Co-Vice-Presidentes do Conselho de Administração;
- iv. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- v. aprovar a emissão de ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações de sua própria emissão ou quaisquer títulos, valores mobiliários ou outros direitos ou participações que sejam permutáveis ou conversíveis em ações de sua própria emissão, sem prejuízo da competência do Conselho de Administração prevista no Artigo 5º e no Artigo 17(g);
- vi. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- vii. deliberar sobre transformação, fusão, incorporação (incluindo

incorporação de ações) e cisão da Companhia, ou qualquer outra forma de reestruturação da Companhia;

- viii. deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e eleger e destituir liquidante(s);
- ix. examinar e aprovar as contas do(s) liquidante(s); e
- x. definir a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

ARTIGO 9º – Para qualquer deliberação da Assembleia Geral será necessária a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, a maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável.

ARTIGO 10 – A Assembleia Geral Ordinária terá as atribuições previstas em lei e realizar-se-á dentro do primeiro quadrimestre subsequente ao encerramento do exercício social.

Parágrafo Único – Sempre que necessário a Assembleia Geral poderá ser instalada em caráter extraordinário, podendo se realizar concomitantemente com a Assembleia Geral Ordinária.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 11 – A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo 1º – A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 38.

Parágrafo 2º – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo 3º – Das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Seção I

Do Conselho de Administração

ARTIGO 12 – O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º – No caso de vacância no cargo de Conselheiro, competirá ao Conselho de Administração eleger substituto para preenchimento do cargo em caráter definitivo, até o término do respectivo mandato. No caso de vacância simultânea da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

Parágrafo 2º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) membro(s) do Conselho de Administração eleito(s) mediante a faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei n.º 6.404/76, na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo 3º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

ARTIGO 13 – O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e até 2 (dois) Co-Vice-Presidentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 2º – No caso de vacância do cargo de Presidente ou impedimento do Presidente, o Co-Vice-Presidente com maior número de mandatos consecutivos na

Companhia automaticamente assumirá tal cargo, permanecendo até o término do respectivo mandato ou, caso ocorra a convocação de uma Assembleia Geral para eleição de novo Presidente, até sua respectiva posse.

Parágrafo 3º - No caso de vacância de qualquer dos cargos de Co-Vice-Presidente, tal cargo permanecerá vago até a Assembleia Geral que deliberar a eleição de um novo Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º – No caso de ausência do Presidente, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas, de forma alternada e sucessiva, pelos Co-Vice-Presidentes, iniciando tal alternância pelo Co-Vice-Presidente com maior número de mandatos consecutivos na Companhia.

ARTIGO 14 – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos seis vezes ao ano, para revisar os resultados financeiros e demais resultados da Companhia e para rever e acompanhar o plano anual de investimentos, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que necessário.

Parágrafo 1º – Compete ao Presidente ou, na ausência do Presidente, por qualquer dos Co-Vice-Presidentes, convocar as reuniões do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou mediante solicitação escrita de qualquer conselheiro.

Parágrafo 2º – As convocações das reuniões do Conselho de Administração deverão ser feitas por meio eletrônico ou carta, com no mínimo 7 (sete) dias de antecedência da data de cada reunião, especificando hora e local para a realização em primeira e, se for o caso, em segunda convocação, e incluindo a ordem do dia. Qualquer proposta e toda documentação necessária e correlata à ordem do dia deverá ser disponibilizada aos Conselheiros. A convocação poderá ser dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos Conselheiros em exercício, ou pela concordância prévia, por escrito, dos conselheiros ausentes.

Parágrafo 3º – O “quórum” mínimo requerido para a instalação das reuniões do Conselho de Administração é o da presença de pelo menos metade de seus membros em exercício, em primeira convocação, e de qualquer número de conselheiros, em segunda convocação, considerando-se presentes, inclusive, aqueles representados na forma autorizada por este Estatuto.

ARTIGO 15 – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas por seu Presidente e na ausência deste, por qualquer de seus Co-Vice-Presidentes do Conselho de Administração, considerando a regra de alternância prevista no §4º do Artigo 13.

Parágrafo 1º – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos seus membros. Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico, que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os conselheiros serão considerados presentes à reunião e deverão assinar posteriormente a correspondente ata.

Parágrafo 2º – No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer conselheiro, o conselheiro ausente poderá indicar, por escrito, dentre os demais membros do Conselho de Administração, aquele que o substituirá. Nessa hipótese, o conselheiro que estiver substituindo o conselheiro temporariamente ausente ou impedido, além de seu próprio voto, expressará o voto do conselheiro substituído.

ARTIGO 16 – O Conselho de Administração aprovará qualquer modificação do Regimento Interno e elegerá um Secretário Executivo, a quem competirá exercer as funções definidas no Regimento Interno, bem como emitir certidões e atestar, perante terceiros, a autenticidade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 17 – Além dos poderes estabelecidos em lei, compete ao Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) aprovar ou alterar o plano de investimentos da Companhia;
- (c) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições e designações;
- (d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

- (e) convocar a Assembleia Geral;
- (f) manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria e sobre as demonstrações financeiras da Companhia;
- (g) deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações até o limite do capital autorizado, fixando o respectivo preço e as condições de integralização;
- (h) escolher e destituir os auditores independentes, observada a recomendação do Comitê de Auditoria;
- (i) emitir parecer sobre qualquer proposta da Diretoria à Assembleia Geral;
- (j) autorizar a aquisição de ações da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou manutenção em tesouraria, observada a regulamentação aplicável;
- (k) desenvolver, em conjunto com a Diretoria e aprovar um plano de participação de empregados e administradores nos resultados da Companhia e de concessão de benefícios adicionais a empregados e administradores vinculados ao resultado da Companhia (**“Plano de Participação nos Resultados”**);
- (l) fixar o montante da participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia, observadas as disposições legais pertinentes, do Estatuto Social e do Plano de Participação nos Resultados em vigor. As importâncias despendidas ou provisionadas em cada exercício a título de participação de empregados e administradores nos resultados e ainda com relação à outorga de opção de compra de ações da Companhia, serão limitadas em até 15% (quinze por cento) do resultado de cada exercício, após as deduções do Artigo 189 da Lei n.º 6.404/76;
- (m) estabelecer o limite de ações a serem emitidas dentro do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia previamente aprovado pela Assembleia Geral, observado o limite previsto no item “l” acima;

- (n) constituir Comitês, que serão responsáveis por elaborar propostas ou efetuar recomendações ao Conselho de Administração e definir suas respectivas atribuições de acordo com o previsto neste Estatuto;
- (o) deliberar sobre a aquisição, alienação, criação de gravames, oneração de quaisquer ativos, incluindo bens imóveis, da Companhia ou a realização de qualquer outro investimento pela Companhia em valor individual ou agregado ao longo de um exercício social superior ao valor em Reais equivalente a US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) ou superior ao valor correspondente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia à época, conforme apurado em seu mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral, prevalecendo o valor que for maior;
- (p) deliberar sobre qualquer operação financeira que envolva a Companhia, inclusive a concessão ou tomada de empréstimos e a emissão de debêntures não conversíveis em ações em valor superior, por transação, a ½ (metade) do LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização), conforme apurado nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social anterior à respectiva operação;
- (q) deliberar sobre qualquer associação da Companhia com terceiros que envolva investimento individual ou agregado, ao longo de um exercício social superior ao valor em Reais equivalente a US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) ou superior ao valor correspondente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia à época, conforme apurado em seu mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral, prevalecendo o valor que for maior; e
- (r) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e
- (s) deliberar sobre qualquer alteração na política de distribuição de dividendos da Companhia.

Parágrafo 1º – Quando se tratar de deliberação a ser tomada pelos órgãos sociais das sociedades que sejam controladas pela Companhia, ou nas quais a Companhia eleja membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, competirá ao Conselho de Administração orientar o voto dos administradores da Companhia, no caso de decisões tomadas em sede de assembleia geral, reunião de sócios ou órgão equivalente, ou o voto dos administradores eleitos ou indicados pela Companhia para os órgãos da administração de tais sociedades, quando a deliberação se enquadrar nas alíneas (o), (p) e (q) deste Artigo, calculando-se os parâmetros ali referidos com base no mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral das sociedades controladas ou investidas.

Parágrafo 2º – O Conselho de Administração aprovará uma política de transações com partes relacionadas, podendo estabelecer alçadas, atribuições e procedimentos específicos para a aprovação daquelas transações.

Seção II

Comitê de Auditoria e Demais Órgãos Auxiliares da Administração

ARTIGO 18 – O comitê de auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo 1º – O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no caput.

Parágrafo 2º – Os membros do Comitê de Auditoria, observado o disposto no Artigo 20 e no Capítulo V deste Estatuto Social, devem ser eleitos pelo Conselho de Administração e preencher os requisitos aplicáveis de independência previstos nas regras da Comissão de Valores Mobiliários e do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 3º – As atividades do Coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 19 – Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para

sucessivos mandatos, observados os termos do regimento interno do Comitê de Auditoria.

Parágrafo 1º – No curso de seus mandatos, os membros do Comitê de Auditoria somente poderão ser substituídos nas seguintes hipóteses:

- (a) morte ou renúncia;
- (b) ausência injustificada a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) reuniões alternadas por ano; ou
- (c) decisão fundamentada do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º – Nos casos de vacância de cargos de membro do Comitê de Auditoria, competirá ao Conselho de Administração eleger a pessoa que deverá completar o mandato do membro substituído.

Parágrafo 3º – Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (b) avaliar o relatório da administração, as demonstrações financeiras, demonstrações intermediárias e as informações trimestrais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (e) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à

Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

ARTIGO 20 – Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado na forma da Lei n.º 6.404/76 e do Capítulo V abaixo, o Comitê de Auditoria conservará suas atribuições, respeitadas as competências outorgadas por lei ao Conselho Fiscal.

ARTIGO 21 – O Conselho de Administração poderá constituir outros Comitês, com a composição que determinar, os quais terão a função de receber e analisar informações, elaborar propostas ou efetuar recomendações ao Conselho de Administração, em suas específicas áreas de atuação, como vier a ser estabelecido em seus regimentos internos, a serem aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único – Os membros dos Comitês criados pelo Conselho de Administração terão os mesmos deveres e responsabilidades dos administradores.

Seção III Da Diretoria

ARTIGO 22 – A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 14 (quatorze) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) necessariamente indicado para o cargo de Diretor Presidente e 1 (um) necessariamente indicado para o cargo de Diretor de Relação com Investidores e os demais Diretores Vice-Presidentes e Diretores.

Parágrafo Único – O prazo de gestão dos membros da Diretoria é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

ARTIGO 23 – Aos Diretores compete o exercício das funções gerais discriminadas neste Estatuto e daquelas que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração, mantendo entre si recíproca colaboração e auxiliando-se mutuamente no exercício de seus cargos e funções.

Parágrafo 1º – As atribuições e denominações específicas de cada um dos Diretores serão definidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2º – Nos casos de vacância, ausência, licença, impedimento ou afastamento temporário ou definitivo, os Diretores substituir-se-ão na seguinte forma:

- (a) em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, este designará uma pessoa para substituí-lo e, em caso de vacância, o Conselho de Administração deverá eleger um substituto no prazo de até 30 (trinta) dias, o qual completará o mandato do Diretor Presidente substituído;
- (b) em caso de ausência ou impedimento temporário dos demais Diretores, estes serão substituídos pelo Diretor Presidente e, em caso de vacância, o Conselho de Administração deverá eleger um substituto no prazo de 30 (trinta) dias, o qual completará o mandato do Diretor substituído.

ARTIGO 24 – A Diretoria se reunirá por convocação do Diretor Presidente, ou ainda por convocação de metade dos Diretores em exercício.

Parágrafo Único – O "quorum" mínimo para a instalação das reuniões da Diretoria é de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros em exercício, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes. Na hipótese de empate nas deliberações de matérias sujeitas à aprovação da Diretoria, tal matéria deverá ser submetida à aprovação do Conselho de Administração.

ARTIGO 25 – Além dos deveres e responsabilidades de que possa ser incumbida pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, compete à Diretoria, sem prejuízo de outras atribuições legais:

- (i) dirigir os negócios sociais e fazer cumprir este Estatuto;
- (ii) dar cumprimento ao objeto social;
- (iii) aprovar os planos, os programas e as normas gerais de operação, administração e controle no interesse do desenvolvimento da Companhia, observadas as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- (iv) elaborar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária relatório das atividades de negócios sociais, instruindo-os com o Balanço Patrimonial e

Demonstrações Financeiras legalmente exigidos em cada exercício, bem como os respectivos pareceres do Conselho Fiscal, quando for o caso;

- (v) dirigir todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e adequadas à consecução dos seus objetivos;
- (vi) propor ao Conselho de Administração os planos e programas de investimentos;
- (vii) autorizar a abertura e encerramento de filiais, agências, sucursais, depósitos e/ou instituir delegações, escritórios e representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior;
- (viii) manifestar-se a respeito dos assuntos sobre os quais o Conselho de Administração vier a solicitar apreciação específica; e
- (ix) desenvolver em conjunto com o Conselho de Administração e executar o Plano de Participação nos Resultados.

ARTIGO 26 – Compete, em especial, ao Diretor Presidente:

- (a) planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias;
- (b) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando as atividades dos demais Diretores;
- (c) convocar e instalar as reuniões da Diretoria;
- (d) coordenar e conduzir o processo de aprovação do orçamento anual/plurianual e do plano de investimento e expansão junto ao Conselho de Administração; e
- (e) sugerir designações e respectivos candidatos para os cargos da Diretoria da Companhia e submeter tal sugestão à aprovação do Conselho de Administração.

ARTIGO 27 – Compete aos demais Diretores auxiliar o Diretor Presidente em todas as tarefas que este lhes atribuir, exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido outorgadas pelo Conselho de Administração e praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, desde que autorizados pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 28 – Os Diretores representarão a Companhia ativa e passivamente, em juízo e fora dele e perante terceiros, praticando e assinando todos os atos que obriguem a Companhia.

Parágrafo 1º – Nos atos de constituição de procuradores, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, em conjunto. As procurações em nome da Companhia deverão conter prazo de validade, com exceção daquelas para fins judiciais, além da descrição dos poderes conferidos, os quais poderão abranger todo e qualquer ato, inclusive os de natureza bancária.

Parágrafo 2º – Para os atos que importem em aquisição, oneração ou alienação de bens, inclusive bens imóveis, bem como os atos de constituição de procuradores para tais práticas, a Companhia deverá ser representada, obrigatoriamente, por 2 (dois) Diretores, 2 (dois) procuradores ou 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, em conjunto, devendo obrigatoriamente 1 (um) deles ser o Diretor Presidente ou procurador constituído por 2 (dois) Diretores, devendo um deles ser o Diretor Presidente.

Parágrafo 3º – A Companhia se considerará obrigada quando representada:

- (a) conjuntamente por 2 (dois) Diretores;
- (b) conjuntamente por um Diretor e um procurador, constituído nos termos deste Estatuto Social;
- (c) conjuntamente por dois procuradores, constituídos nos termos deste Estatuto Social; ou
- (d) singularmente, por um procurador ou por um Diretor, em casos especiais, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 29 - A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º – O Conselho Fiscal somente será instalado mediante requisição de acionista(s) da Companhia, observada a legislação aplicável.

Parágrafo 2º – O Conselho Fiscal, se instalado, deverá aprovar seu regulamento interno, que deverá estabelecer as regras gerais de seu funcionamento, estrutura, organização e atividades.

Parágrafo 3º – A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 38.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ARTIGO 30 – O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente.

ARTIGO 31 – A Companhia poderá, a critério da Diretoria, levantar balanços trimestrais ou semestrais.

CAPÍTULO VII DA DESTINAÇÃO DO LUCRO

ARTIGO 32 – Levantado o balanço patrimonial, serão observadas, quanto à distribuição do resultado apurado as seguintes regras:

- (i) do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda;

- (ii) após deduzidas as parcelas descritas no item (i) acima, será deduzida importância a ser distribuída a título de participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia, conforme determinação do Conselho de Administração em observância ao Plano de Participação nos Resultados, nos termos e limites dos itens "k" e "l" do Artigo 17 deste Estatuto Social;
- (iii) os lucros remanescentes terão as seguintes destinações:
 - (a) 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;
 - (b) importâncias destinadas à constituição de reserva para contingências, caso deliberado pela Assembleia Geral;
 - (c) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do dividendo obrigatório, de acordo com o Parágrafo 1º abaixo do presente Estatuto Social.
 - (d) o lucro que não for utilizado para constituir a reserva de que trata o Parágrafo 2º deste Artigo, nem retido nos termos do Artigo 196 da Lei n.º 6.404/76, será distribuído como dividendo adicional.

Parágrafo 1º – O dividendo obrigatório será calculado e pago de acordo com as seguintes normas:

- (a) base de cálculo do dividendo será o lucro líquido do exercício diminuído das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências, e acrescido da reversão das reservas de contingências formadas em exercícios anteriores;
- (b) o pagamento do dividendo determinado nos termos da alínea anterior poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado nos termos da lei, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar; e
- (c) os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se

não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

Parágrafo 2º – Fica criada Reserva para Expansão, que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações de que tratam as alíneas "a", "b", e "c" do item (iii), não podendo o total desta reserva ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

Parágrafo 3º – A Companhia poderá distribuir, autorizada pelo Conselho de Administração, dividendos intermediários, "ad referendum" da Assembleia Geral.

Parágrafo 4º – A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido, observadas a taxa e os limites definidos em lei.

ARTIGO 33 – O montante dos dividendos será colocado à disposição dos acionistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que forem atribuídos, podendo ser atualizados monetariamente, conforme determinação do Conselho de Administração, observadas as disposições legais pertinentes.

CAPÍTULO VIII LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 34 - A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante a liquidação, determinando-lhes a remuneração.

CAPÍTULO IX ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

ARTIGO 35 - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar

tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPÍTULO X

AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE NA COMPANHIA

ARTIGO 36 - Qualquer pessoa, acionista ou Grupo de Acionistas, que adquira ou se torne titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas (“Acionista Adquirente”): (a) de participação direta ou indireta igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria; ou (b) de quaisquer outros direitos de acionistas, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia que representem percentual igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria (“Participação Relevante”), deverá realizar oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ou solicitar o registro junto à CVM e à B3, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da última transação que resultou no atingimento da Participação Relevante, com os seguintes requisitos mínimos, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste Artigo (“OPA”):

I. ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia;

II. o preço ofertado deve corresponder a, no mínimo, o maior valor entre: (i) o Valor Econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) o maior preço pago pelo Acionista Adquirente nos 12 (doze) meses que antecederem ao atingimento da Participação Relevante; e (iii) 125% da cotação unitária média ponderada das ações de emissão da Companhia durante o período de 120 (cento e vinte) pregões anteriores à realização da OPA; e

III. ser efetivada em leilão a ser realizado na B3.

Parágrafo 1º - A realização da OPA mencionada no caput deste Artigo não excluirá a possibilidade de outra pessoa ou acionista, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 2º - As obrigações constantes no artigo 254-A da Lei n.º 6.404/76 e do Artigo 35 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das

obrigações constantes neste Artigo.

Parágrafo 3º - O Acionista Adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ordinárias ou as exigências da CVM e da B3 relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - A obrigação de realização de OPA nos termos deste Artigo 36 não se aplica na hipótese de uma pessoa, acionista ou Grupo de Acionistas tornar-se titular de ações de emissão da Companhia caso o atingimento da Participação Relevante decorra: (a) de operações societárias de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, (b) no caso de aquisição, via aumento de capital privado ou subscrição de ações realizada em oferta primária por quem tenha direito de preferência ou ainda, no caso de aquisição, via aumento de capital privado ou subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tenha o direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição; e (c) nos casos de ofertas públicas de distribuição de ações (incluindo ofertas públicas de esforços restritos).

Parágrafo 5º - Para fins do cálculo do percentual de Participação Relevante, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, da recompra de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo 6º - Para os fins do disposto neste Artigo 36, os seguintes termos terão os significados a seguir definidos:

“**Grupo de Acionistas**” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por acordo de voto (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (b) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze

por cento) do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer joint ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, "trusts", condomínios, cooperativas, consórcios, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (c) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (d) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que, no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

“**Valor Econômico**” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por instituição financeira de primeira linha com operações no Brasil, mediante a utilização do método de fluxo de caixa descontado.

ARTIGO 37 – A OPA de que trata o Artigo 36 acima poderá ser dispensada pela Assembleia Geral observados os termos abaixo.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação.

Parágrafo 2º - Caso o quórum do parágrafo 1º não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

Parágrafo 3º - A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral, excluídos os votos do Acionista Adquirente.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 38 – A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver por meio de arbitragem,

perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

ARTIGO 39 – Os valores em dólares norte-americanos mencionados no presente Estatuto deverão ser utilizados exclusivamente como base de referência de atualização monetária e deverão ser convertidos em Reais pela taxa de fechamento de venda do dólar norte-americano, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

ARTIGO 40 – Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a legislação e regulamentação em vigor, incluindo o Regulamento do Novo Mercado.
